

Vol. 21 n.6 1991

ARTIGO TÉCNICO

Agricultura e Armazenagem em São Paulo	9
Avaliação do Potencial de Uso de Colheitadeiras de Cana-de-açúcar no Estado de São Paulo	13
Problemas Recentes e Estruturais do PROÁLCOOL – Uma Revisão	21

CONJUNTURA AGROPECUÁRIA

Café	37
Milho	38
Soja	39
Trigo	39
Bovinocultura de Corte	40
Indicadores de Conjuntura Agropecuária	42
<u>Custo Horário de Operação de Máquinas e Implementos Agrícolas, Maio 91</u> Estado de São Paulo	43

PREÇOS AGRÍCOLAS

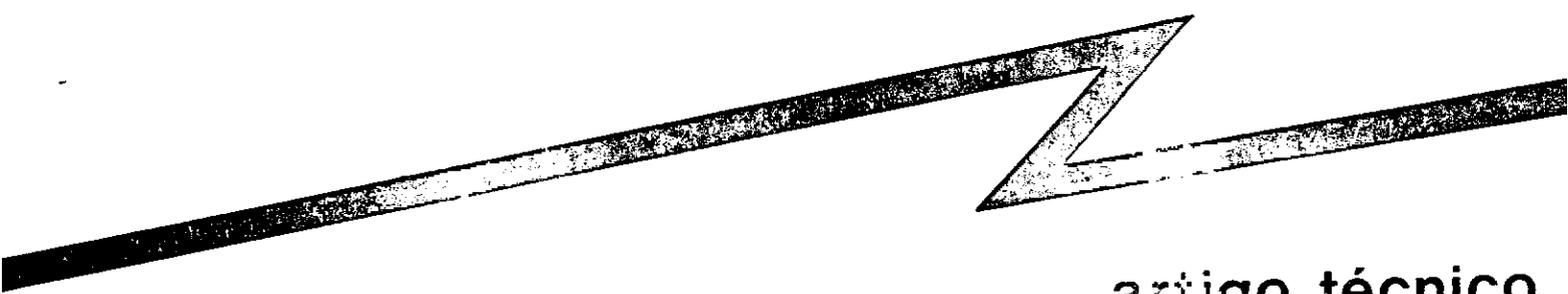
COMPORTAMENTO DE PREÇOS	47
Preços Recebidos	47
Preços Pagos	47
Índice de Paridade	48
Preços no Varejo	48

LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA

71

MERCADO DE TERRAS AGRÍCOLAS

<i>Terra Nova</i> <i>Arrendamento</i> <i>Aluguel de Pasto</i> <i>Terra of Beneficência</i>	75
---	----



artigo técnico

AGRICULTURA E ARMAZENAGEM EM SÃO PAULO(1)

Sebastião Nogueira Junior(2)

A oferta paulista de produtos armazenáveis (cereais, oleaginosas, café e açúcar) totalizou 8,5 milhões de toneladas na safra 1989/90. Assim, pode-se dizer que a capacidade estática de armazenagem, de 13 milhões de toneladas, é quantitativamente satisfatória (quadro 1).

Contudo, existem problemas de localização, adequação, qualidade, posse e uso das unidades armazenadoras que inibem o melhor funcionamento do sistema.

A distribuição geográfica das unidades e o baixo índice de armazenagem ao nível de propriedade rural têm causado sérios problemas ao setor de armazenagem paulista. Essa situação tem dificultado a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, sobretudo nos anos em que a Companhia Nacional de Abastecimento (CNA) (ex- Companhia de Financiamento da Produção - CFP) é a grande compradora das safras. Nesses casos, São Paulo tem suas unidades preenchidas também com grandes volumes de produtos importados pelo Governo Federal de outros Estados e de outros países.

A predominância no Estado de armazéns para guarda de produtos ensacados (70% da capacidade total) e cuja qualidade ainda deixa a desejar, decorre da herança do café, quando essa cultura exercia liderança absoluta entre as atividades agrícolas paulistas. A situação só não é mais grave porque parte dos armazéns foi adequada para receber produtos a granel, em função

principalmente da necessidade de se depositar soja, milho e trigo, que apresentaram expansão a partir da década de 70.

A infra-estrutura de armazenagem no Estado não acompanhou, especialmente quanto à modalidade de guarda (a granel ou ensacado) de produtos agrícolas, a modernização do processo de colheita e transporte de algumas mercadorias, como a soja, o trigo e o milho. Os dois primeiros produtos têm sido colhidos e transportados a granel desde o início da implantação dessas lavouras no Estado, enquanto o milho, cultivado há muito tempo, teve a mecanização da colheita intensificada nos últimos quinquênios, face ao encarecimento das operações manuais. Dessa forma, ocorreu uma alteração qualitativa da demanda de serviço de armazéns no território paulista. Ressalte-se que o feijão, com significativo volume de produção no Estado, pelas características do seu mercado, não ocupa armazém por muito tempo, circulando rapidamente no canal de comercialização. É importante, contudo, que os produtores de feijão disponham de armazéns convencionais em caráter comunitário para facilitar o preparo do produto para a venda. A produção de café, armazenado em sacos de aniagem, apresenta-se com nítida tendência de queda, em decorrência de perda do nível de rentabilidade econômica da cultura. O espaço de armazéns convencionais, portanto, outrora largamente ocupado com café, torna-se ocioso, se

(1) Recebido em 16/05/91. Liberado para publicação em 10/06/91.

(2) Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 1. - Produção Agrícola (1990) e Capacidade Estática de Armazenamento (1987), Estado de São Paulo

(em tonelada)

Divisão Regional Agrícola (DIRA)	Produção(1) (A)	Estocagem(2) (B)	Relação (A/B)
Registro	41,6	750,3	0,05
São José dos Campos	96,1	332,3	0,29
Campinas	1.355,6	3.214,7	0,41
Sorocaba	899,1	1.236,8	0,73
Ribeirão Preto	2.894,8	3.201,2	0,90
Bauru	683,9	996,2	0,69
São José do Rio Preto	753,1	658,3	1,14
Araçatuba	374,3	353,7	1,06
Presidente Prudente	343,6	818,9	0,42
Marília	1.077,8	1.423,9	0,76
Total	8.499,8	12.986,3	0,65

(1) Safra 1989/90, compreendendo: arroz em casca, feijão, milho, soja, caroço de algodão, amendoim em casca, trigo, açúcar, café beneficiado e mamona.

(2) Cadastro de Unidades Armazenadoras de 1987.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e CIBRAZEM (capacidade de estocagem).

não houver outras mercadorias de origem agrícola ou agroindustrial que substituam esse produto.

Quanto à posse e utilização, a predominância da iniciativa privada é marcante, já que responde por 64% do total da rede paulista de armazenagem. Portanto, a ação dos agentes armazenadores em grande parte visa seus próprios interesses quanto à comercialização, beneficiamento e industrialização, não atendendo aos princípios básicos de um sistema armazenador quanto às funções coletora, intermediária e terminal. Essa inadequação das unidades dificulta a normalização do abastecimento e a formação de estoques reguladores. Além disso, muitas unidades são utilizadas para guarda de insumos agrícolas (inseticidas, fertilizantes, sacaria, etc.).

Do total da capacidade instalada no Estado de São Paulo, a participação de entidades públicas corresponde a 28%, dos quais 12% pertencentes à Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP). Essa companhia, graças à adequação de alguns armazéns e construções recentes, dispõe de quase a metade (44%) de sua capacidade estática (hoje de 1,5 milhão de toneladas) apta a receber produtos a granel. O sistema cooperativista, por sua vez, com 8% do total, pouco tem oferecido em termos de oferta de armazenagem, comparativamente a outras unidades da Federação, como o Rio Grande do Sul e o Paraná.

Mesmo diante de um balanço de oferta e demanda de armazenagem quantitativamente equilibrado, continuam havendo perdas de produtos em algumas regiões, por carência ou inadequação das unidades já existentes, interferindo na agilização da comercialização no Estado de São Paulo.

A exemplo do que ocorre em grande parte das Regiões Sul e Sudeste do País, São Paulo é caracterizado como área em que boa parte da fronteira está esgotada, só havendo possibilidade de aumento da produção via ganhos

de produtividade e/ou substituição espacial de atividades.

Estudos realizados no âmbito do Instituto de Economia Agrícola mostram que, de fato, tem havido uma forte substituição entre as atividades agrícolas, sobretudo a partir de 1975, com a implantação do PROÁLCOOL e consequente incorporação de extensas áreas para a produção de cana-de-açúcar, em terras antes ocupadas principalmente com pastagens e grãos.

Da mesma forma, novas atividades rentáveis têm sido implantadas, acelerando o processo de diversificação da agricultura paulista. Entretanto, áreas situadas na região Oeste, utilizadas na exploração da pecuária extensiva, têm cedido terreno para culturas anuais e/ou perenes, fazendo com que haja ainda uma certa conquista da fronteira interna.

A expansão da rede de armazéns no Estado foi iniciada em 1971, consolidando-se em 1977, enquanto que a evolução significativa da capacidade dos silos ocorreu a partir de 1974, com a implantação do Programa de Corredores de Exportação. A capacidade estática de armazenagem em São Paulo passou de 8,5 milhões de toneladas em 1975, para 13,0 milhões de toneladas em 1987.

As Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs) de Campinas e Ribeirão Preto respondem, em conjunto, pela metade da capacidade estadual instalada, com 25% para cada região (quadro 1). A primeira funciona como ponto de concentração, dado o seu potencial de consumo, uma vez que engloba a cidade de São Paulo e o pólo industrial de Campinas; e a segunda representa a maior região agrícola do Estado, sobretudo em termos de produção de gêneros armazenáveis, com utilização de alta tecnologia.

Uma apreciação dos dados de armazenamento e produção mostra que devem ser concentrados esforços para implantação e/ou ampliação de unidades nas DIRAs de São José do Rio Preto e

Araçatuba (3). Campinas e Ribeirão Preto também merecem atenção, a primeira pela sua característica peculiar de grande região consumidora e a segunda pelo grande potencial de produção. As demais apresentam-se aparentemente sem problemas. Isso ocorre porque não houve uma ampliação da produção dos itens que demandam armazenagem a meio ambiente natural, caso dos grãos, em especial.

Comparando-se os dados médios do quinquênio 1974-78 com os atuais, observa-se uma redução, uma vez que a produção passa de 10,4 milhões para 8,5 milhões de toneladas em 1989/90. Essa comparação mostra a tendência da agricultura paulista de substituição das culturas de grãos por alternativas mais rentáveis, sobretudo explorações de caráter permanente, como é o caso da citricultura, atividade que hoje representa cerca de 25% da renda agrícola estadual(4).

A atual conjuntura de custos de fretes rodoviários e o sucateamento da rede ferroviária, contudo, tende a inviabilizar a produção em locais afastados dos grandes centros consumidores, o que favorece o cultivo de grãos no próprio Estado, onde existe condições agroecológicas e tecnologia agrícola adequadas para tais atividades.

Ainda existem em São Paulo terras férteis utilizadas para pastagens, que poderiam ser ocupadas por outras atividades agrícolas, além da pecuária extensiva, a um custo menor comparativamente a outras regiões do País, uma vez que para o incremento da área, incluem-se, além dos custos normais de produção, os investimentos em infra-estrutura necessários (como

estradas, desmatamento e outros) para colocar-se mais terra em produção.

Caso essas colocações sejam concretizadas, sem dúvida, haverá necessidade de investimentos adicionais em infra-estrutura, sobretudo em armazenagem e transporte. A rede paulista de armazenagem, embora quantitativamente suficiente, não se apresenta de forma adequada, já que cerca de dois terços da capacidade ainda se prestam à guarda de mercadorias ensacadas, que apresentam elevados custos de movimentação.

Além disso, a posição de São Paulo, como principal centro de consumo e entreposto comercial do País, exige a manutenção de uma infra-estrutura moderna e dinâmica de armazéns e silos, dado o intenso fluxo de mercadorias oriundas de outros estados ou do exterior para o mercado estadual.

-
- (3) Nogueira Jr., Sebastião et alii. Produção potencial de grãos e armazenagem a granel no Estado de São Paulo. Agricultura em São Paulo, SP, v.3, n.2, 1989. p.1-16.
- (4) Camargo Fo., Waldemar P. coord. Estatísticas de produção no Estado de São Paulo. São Paulo, Secretaria da Agricultura e Abastecimento, IEA, 1990. 218p. (Série Informações Estatísticas da Agricultura. Série IEA).